

O BRASIL PÓS-PANDEMIA DO COVID-19

A COVID-19 não escolhe vítima. Longe de tecer comentários, se “fabricado ou não” em laboratório de países comunistas ou capitalistas. Esse vírus até prova em contrário é um dado objetivo da natureza: não importa a que classe social a vítima pertença, ele ataca a todos sem distinção de raça, cor, credo, idade, posição social, profissão, otimistas, pessimistas, de esquerda, de direita, todos podem contrair o vírus. Com maior gravidade para os infectados portadores de baixa resistência.

O fato é que: a história nos mostra que após grandes catástrofes, há uma grande aceleração no processo histórico social, a ponto de ficarmos todos “extasiados” com as mudanças impostas pelas “catástrofes”, sejam advindas de: revolução, guerra ou epidemia. Esses fenômenos atingem a sociedade com a velocidade da “luz”.

Até pouco tempo a sociedade reclamava que não se tinha tempo para quase nada. Que apenas vinte e quatro horas, era pouco para o trabalho. Que não se dispensava tempo suficiente à atender o menor núcleo social a “família”.

Com o advento covid-19, e conseqüentemente, o isolamento, eclodiu dentro dos lares brasileiros, um outro fenômeno as “agressões”, surgidas exatamente do grande convívio no regime de “reclusão” doméstico, onde crianças, sem lazer, sem poder frequentar

escolas, parques e sem vida social, aliado ao fato de que, os pais, por seu turno, na maioria das vezes ficaram expostos as ameaças de perda do emprego, perda do sistema de sobrevivência, onde o econômico fala mais forte. Aliado ainda, a outros fatores como os vícios do alcoolismo e outras drogas.

Porém, nem tudo está perdido. Já há estudos apontando para o crescimento demográfico brasileiro, onde surgem centenas de milhares de brasileiras em estado gravídico, nesse período considerado de “quarentena”. Isto é fato.

Dados realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde sua criação em 1936, a população é contada em todo o território nacional e os resultados são usados pelo governo em políticas públicas ou deveriam ser.

Voltando à baila Brasil pós-pandemia COVID-19 rotulado de coronavírus (SARS-Cov-2) apresentou-se como um dos maiores desafios sanitários em escala global deste século.

Na segunda metade de dezembro de 2019, a epidemia no mundo já atingira a cifra de mais de (2) dois milhões de infectados e (120) cento e vinte mil mortes em todo o mundo. No Brasil, somente a partir de março de 2020 é que foi confirmado o primeiro caso de transmissão comunitária do covi-19 em Brasília. A primeira morte que se tem registro ocorreu em 12 de março de 2020, em São Paulo. Em 19 do mesmo mês a pandemia já atingia cerca de 533 novos casos de contaminação pelo

coronavírus em 20 Estados da Federação e no Distrito Federal.

Em apenas 6 dias, no Brasil já ocorriam 46 óbitos e mais de 2.201 infectados.

De 12 de março a 4 de novembro de 2020, o Brasil atingiu a cifra de: “mais de cento e sessenta mil mortes e mais de cinco milhões de infectados”. E esses números não param de crescer.

Mas, desde o início para o governo esse número não representava nada, a todo o momento, minimizava a pandemia com descasos, enfatizando que isso não passa de “gripezinha”, “resfriadinho”, quanto às mortes o desgoverno federal ainda fazia chacota quanto ao número de mortes, onde o representante máximo da nação dizia aos brados “i daí”, fazendo referência ao número de óbitos em todo o território brasileiro, como se não fosse o responsável pela saúde pública.

Como visto o desgoverno federal por absoluta ignorância e incompetência administrativa, não deu a mínima importância ao combate eficaz e eficiente à pandemia. Como não tinha e não tem competência para administrar nada, o desgoverno brasileiro nesse período exíguo mudou de ministro da saúde como se estivesse mudando de “camisa”.

No entanto, como não tem projeto para governar, evidente, que também não tem projeto para administrar a saúde pública, levando o Brasil a um verdadeiro caos social, onde milhares de vidas são perdidas, sonhos de

famílias sucumbidos, sociedade em pânico, sistema de saúde num verdadeiro colapso.

Por outro lado, o desgoverno federal politiza a pandemia, enfatizando, em primeiro momento que não era necessário o distanciamento das pessoas, que deveria prevalecer o desenvolvimento econômico, em evidente detrimento da saúde pública. E essa tem sido a tônica da irresponsabilidade do governo federal. Inclusive, atacando as ações efetivas travadas pelos governos estaduais, quanto à atuação e formas de combate ao coronavírus. E nem se diga quanto a possível utilização de uma “vacina”, que venha ter eficácia e eficiência no tratamento da doença. O governo federal se mostra cada vez mais incompetente e indiferente para o combate ao covid-19, uma vez que, a cada momento sustenta o tratamento com medicamento de pouca eficácia e nenhuma sustentação científica médica ao combate do coronavírus.

O Brasil passa por duas epidemias ao mesmo tempo. A primeira a da covid-19, conforme acima explanado. A segunda epidemia a do desgoverno.

Esse governo de extrema direita e com viés econômico, eleito e governado sob “fake News” que já se mostrou incompetente para combater a pandemia, se mostra incompetente para governar o Brasil.

Não podemos esquecer que quando implementou as reformas trabalhistas, argumentava que a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, era obstáculo à

criação de novos postos de trabalho e crescimento econômico. Essas reformas foram impostas, com o objetivo puro e simples de baixar os encargos trabalhistas e aumentar os investimentos produtivos. Mesmo com a redução dos encargos, não houve aumento nos investimentos produtivos nem muito menos criação de postos de trabalho. Tendo beneficiado apenas as empresas, que passaram a ter menos encargos sociais e nenhum benefício ao trabalhador foi criado ou repassado. Muito pelo contrário, houve desemprego em massa. E essa tônica segue, com novas ameaças de retirar direitos conquistados ao longo de anos e de muita luta.

Continuando o desgoverno, implementou uma reforma previdenciária, sob os argumentos de que a Previdência Social era deficitária, que cobraria dos ricos a dívida para com a Previdência e nesse passo, necessitaria de uma reforma para fazer frente a uma “geração de emprego e crescimento econômico”. Mas, como todos nós estamos assistindo, não cobrou dos ricos “grandes devedores” a dívida para com o INSS. Como já dito em outras ocasiões, a reforma previdenciária não trouxe nenhum benefício ao trabalhador. Muito pelo contrário, trouxe excessivos prejuízos para toda a classe trabalhadora e a cobrança das grandes dívidas para com o Instituto Previdenciário, ficou no esquecimento. Demonstrando assim, toda sua incompetência. Por outro lado, a classe política brasileira, ficou inerte no tocante as reformas trabalhistas e previdenciárias.

Não é demais lembrar que a instabilidade política criada por esse governo de extrema direita e a combinação com a catástrofe sanitária ameaça ser explosiva para uma economia já cambaleante. Dados e projeções apontam que essa não será uma “pequena” recessão, mas a maior que o país já viveu ou viverá. Sabe o “slogan” criado pelo desgoverno no início do ano que “agora vai” em relação à economia brasileira, especialmente pela pasta econômica, se esvaziou no ritmo da subida da curva de mortes pela covid-19. Se antes da pandemia já havia quem olhasse cético para a recuperação da economia do Brasil, que no ano de 2019 chegou em 1,1% do PIB, agora já não há mais dúvida de que o país vai afundar numa crise econômica sem precedente. A política econômica de tirar dos pobres para dar aos ricos continua.

Há que se fazer uma ressalva, que a instabilidade política imposta pelo governo federal, fica mais latente, quando o executivo faz trocas constantes de ministros, pedidos de impeachment, brigas, “desinteligência” entre os Poderes Executivo e o Legislativo, entre o Presidente da República e Governadores, Supremo Tribunal Federal, todo esse ingrediente, aponta para o caos administrativo, social e político que o Brasil está passando, por absoluta incompetência do desgoverno federal.

A incerteza é uma das coisas que mais afetam o Brasil. Incerteza da política interna e externa, da economia, do trabalho e emprego, da segurança, da educação, do transporte, da saúde, meio ambiente e etc.

Incerteza da política implementada pelo incompetente governo federal, no tocante ao meio ambiente.

O mundo inteiro está assistindo a todo o momento, as reportagens sobre as queimadas no território brasileiro, que já supera todas as estatísticas de áreas degradadas pelo fogo, e as denúncias não param sobre as origens dos incêndios, na maioria das vezes todos criminosos. Mas o insano governo prefere minimizar o problema, apresentando argumentos vazios e pouco provável. Até diz que são criminosos os incêndios, mas contra os criminosos nada faz. E o que é pior o presidente ainda diz que no Brasil não tem “queimadas”. Enquanto o País arde em fogo.

Esse incompetente e insano governo, sem projeto para administrar e sem solução para os problemas ambientais, entrega aos empresários do agronegócio e tecnocratas os problemas ambientais, onde estes apresentam como “solução” para a crise ambiental a incorporação do ministério do meio ambiente ao ministério da agricultura. Com essa “genial” ideia a condução da política federal para o meio ambiente, ficou a cargo do (vice-presidente da república), que de meio ambiente não entende de nada, pode entender de dar ordem unida ao presidente. A premissa da proposta que a política para os problemas da Amazônia, seria melhor conduzida pelo vice-presidente e seus militares quando comparada com a realidade não se sustenta em pé, a presença de centenas de soldados do Exército, que teoricamente deveriam para conter o desmatamento e outros crimes ambientais na

Amazônia, não fez nem cócegas nos criminosos. Apesar da Operação Verde Brasil 2, em andamento desde maio, o desmate na região de Apuí chegou a 23,1 mil hectares nos primeiros oito meses de 2020, número 5,1% maior que toda a área desmatada no ano passado, sem esquecer dos incêndios criminosos, contrabando de madeiras, garimpos irregulares, invasão de terras indígenas. E o restante das funções foi para a pasta da agricultura.

E a incompetência do governo federal é estampada nas palavras do ministro-general Augusto Heleno que disse: “que o governo Bolsonaro não pode ser cobrado pelos desastres ambientais na Amazônia e no Pantanal, por não ter tido ainda tempo suficiente para agir”. O general disse ainda que: “se nós somarmos o que é anunciado anualmente de percentual destruído, não existiria nada além de terra sem nenhuma árvore”.

Assim, o sistema político implantado no Brasil, não se sustenta, haja vista a total incompetência deste desgoverno.

E os problemas apenas se agravam em cada área, pois, este insano governo não tem mesmo proposta e plano para governar. Vejamos a educação, onde o país já teve nos últimos meses vários ministros da educação, uns até sem educação, exibiu título sem ter, evidente, que se não tem o principal o acessório acompanha.

Sem querermos vagar pelo campo da filosofia, em breve relato, há que se mencionar o início da aprendizagem no Brasil. Passando pela Educação infantil.

O ensino educacional infantil tem como base legal a família, escola e professores. Sendo este tripé o esteio principal. Mas, para o desgoverno federal esse tripé deve ser alterado para o sistema capitalista, onde já permite o malsinado “convênio”, entre municípios e particulares, em detrimento da escola pública. E nem se alegue que o faz em função da legislação, posto que, como todos nós sabemos por força de lei a obrigação de ensino de qualidade cabe ao poder público, onde já há verbas destinadas.

É comum ouvir no meio acadêmico várias queixas do tipo: as crianças de hoje não lêem, decodificam; os alunos chegam ao final do ensino médio sem compreender o que lêem e sem saber fazer uma redação; os alunos não conseguem resolver um problema simples de matemática porque nem entender o problema conseguem. Ou seja, os alunos não estão mais aprendendo a ler e a escrever. São na verdade analfabetos funcionais.

A educação brasileira passa por uma “epidemia”, criada pelo governo, que a todo o momento “aloca” dinheiro destinado à educação para outras áreas, escolas em má conservação, merendas escolares superfaturadas (quando tem), transporte escolar inexistente para toda a população em idade escolar, professores sobrevivendo com salários “irrisórios”, alunos promovidos para a série seguinte, sem o devido conhecimento adquirido.

Agora, não podemos transferir para o jovem brasileiro essa deficiência, posto que, o dever de ensinar, cuidar e dar guarida a população em idade escolar cabe ao poder público e não a população. E ainda, dizer que não teve tempo suficiente para “agir”, é assinar a própria torpeza.

E esse incompetente governo já alocou verbas destinadas ao ensino superior, interviu de forma direta nas universidades e, reiteradamente acena com a capitalização do ensino superior, afastando de vez o ensino gratuito nas universidades.

Economia. Como os demais setores, este se mostra tão ineficiente quanto. Há um discurso do governo sem projeto efetivo para a economia do país. As falácias do governo passa por travar os investimentos e gastos sociais, privatizar as melhores estatais, “que dão lucro”, fazer reformas “necessárias”. Por linhas oblíquas ferrar os trabalhadores para que a economia tenha um desenvolvimento sustentável.

Em suma: “fez as reformas trabalhistas que só retirou direitos, e continua a fazê-las. Reformas previdenciárias em todos os níveis, com prejuízo à toda classe trabalhadora”. Mas, investimento e desenvolvimento econômico, com a criação de postos de trabalho, investimento em novas tecnologias, aumento do parque fabril, redução de impostos, aparelhamento do setor de logística para armazenamento da produção bem como o transporte, nada disso fez o governo.

Por esta política desastrosa implementada por este desgoverno o que se avizinha para os próximos tempos são: “grande resseção, desemprego, falências de empresas em todos os setores, falta de alimentos, falta de medicamentos, grande deficiência na parte logística, pela falta de uma política para o setor, insegurança pública, falência da instituição educacional, falência do Sistema Único de Saúde (SUS), pobreza e grande miséria levando o país a convulsão social”.

Por esse prisma acima mencionado, não podemos concordar com esse sistema político. Você trabalhador e trabalhadora de todas as categorias profissionais, estudantes, pequenos comerciantes e pequenos produtores do meu Brasil, que não concordam com este governo, venham conosco fazer uma frente unida em defesa do Brasil e dos brasileiros.

São Paulo, novembro de 2020

Cicero Muniz Florêncio – advogado do Sintrabor